

## **Aula 00**

*CNU (Bloco 3 - Ambiental, Agrário e  
Biológicas) Passo de Conhecimentos  
Específicos - Eixo Temático 2 - Políticas  
Públicas*

Autor:  
**Rodrigo Perni**

25 de Novembro de 2024

# Índice

1) Políticas Públicas. Ciclo de Políticas Públicas - Cesgranrio 2024 .....	3
--	---



## POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentação	2
O que é o Passo Estratégico?	3
Análise Estatística	4
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	5
Aposta estratégica	19
Questões estratégicas	21
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	35
Perguntas	35
Perguntas com respostas	36
Lista de Questões Estratégicas	42
Gabarito	46



## APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou o professor Rodrigo Perni e, com imensa satisfação, serei o seu analista do Passo Estratégico!

Para que você conheça um pouco sobre mim segue um resumo de nossa experiência profissional, acadêmica e como concursado:

### *Rodrigo Perni*

*\*Auditor – Fiscal da Receita Federal do Brasil;*

*\* Coach do Estratégia Concursos;*

*\* Responsável pela elaboração e análise estatística do Passo Estratégico de Arquivologia;*

*\* Formado em Administração de Empresas;*

*\* Cursando o 4º período do curso de Direito e*

*\* Aprovado no concurso do ano de 2005, na 21ª posição na 2ª Região Fiscal no concurso para Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.*

Estamos extremamente felizes de termos a oportunidade de trabalhar na equipe do “Passo”, porque tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!



## O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.

Em ambas as formas de utilização, como regra, o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) como método de revisão, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) como material de reta final, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

### Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



## ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência das questões de Políticas Públicas nas provas elaboradas pela banca CESGRANRIO.

Lembrando, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos anteriores
<i>Avaliação das Políticas Públicas (inclui teorias contemporâneas e modelos de análise)</i>	31.48%
<i>Conceito de Políticas Públicas. Tipos de políticas públicas (distributivas, regulatórias, etc)</i>	12.96%
<i>Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão</i>	11.11%
<i>Implementação das Políticas Públicas</i>	7.41%
<i>Federalismo e Descentralização de Políticas Públicas</i>	3.70%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).
2. Atenção, 08 (oito) características muito comuns dos problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:
  - a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
  - b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
  - c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
  - d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
  - e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).
  - f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
  - g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.
  - h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.
3. Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”



4. São características dos wicked problems:

- Ausência de uma formulação definitiva.
- Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
- Inexistência de uma solução correta
- Impossibilidade de testar soluções previamente
- Interligação a diversos outros problemas.
- São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.

5. Assimile o conceito da Abordagem Estatista (Estado-cêntrica):

- Para a abordagem estatista, a gestão das políticas públicas é algo estritamente relacionado aos atores governamentais. Sendo assim, o que irá determinar se uma política é considerada "pública" é a personalidade jurídica do "ator principal" dessa política. Em outras palavras, para a abordagem estatista o Estado detém a exclusividade ("monopólio") para fazer políticas públicas.

6. Assimile o conceito da Abordagem Multicêntrica:

- A abordagem multicêntrica, por sua vez, entende que organizações privadas, organização não governamentais e organizações multilaterais, são, juntamente com os atores governamentais, protagonistas na implantação e implementação de políticas públicas. Ou seja, essa abordagem permite a existência de diversos centros tomadores de decisão dentro de um conjunto de regras previamente acordadas.

7. A literatura diferencia 03 dimensões da política que estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente. São elas:

- Polity (Dimensão Institucional): Expressão utilizada para denominar as instituições políticas. Essa dimensão se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo. Em outras palavras, tratam-se das estruturas institucionais baseadas em um conjunto de normas do sistema jurídico.
- Politics (Dimensão Processual): Expressão utilizada para denominar os processos políticos (atividade política). Ou seja, consiste no processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. Em outras palavras, trata-se do processo político propriamente dito com as relações de influência e poder.
- Policy (Dimensão Material): Expressão utilizada para denominar os conteúdos "concretos" (conteúdo "material") da política. Ou seja, são os conteúdos concretos, isto é, se refere à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e





ao conteúdo material das decisões políticas. São as decisões tomadas e as ações concretas para realizá-las. Em outras palavras, são as políticas públicas propriamente ditas.

8. Conforme explica Rua, as políticas públicas (policy) são outputs, resultantes da atividade política (politics), e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.
9. Considera-se que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, sendo que Rua explica que as demandas podem ser de 03 tipos:
  - Demandas novas: são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.
  - Demandas recorrentes: são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.
  - Demandas reprimidas: são aquelas constituídas por "estados de coisas" (ou seja, os políticos não a reconhecem como "problemas") ou então constituídas por não-decisões.
10. A política pública, normalmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. A decisão política por sua vez, corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Portanto, pode-se dizer que uma política pública depende de decisões políticas (ou seja, a política pública é resultado de decisões políticas); contudo, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.
11. De acordo com Theodore Lowi, quanto aos Impactos (custos e benefícios) gerados/esperados na sociedade, as políticas públicas podem ser classificadas de 04 tipos:
  - Políticas regulatórias: são as que tem por objetivo regular a atuação e o comportamento de pessoas, grupos e organizações. Para isso, são utilizadas regulamentações simples (por exemplo: portarias e decretos) ou então regulamentações complexas (por exemplo: código de trânsito).
  - Políticas distributivas: tratam-se de políticas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são "difusos" (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).
  - Políticas redistributivas: são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são



concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas.

- Políticas constitutivas (Políticas estruturadoras): são as políticas que definem as "regras do jogo". Conforme explica Lowi, "são regras sobre os poderes e regras sobre as regras". Ou seja, são as políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e regras da elaboração de políticas públicas.

12. Teixeira explica que, quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais, as políticas públicas podem ser classificadas em 03 modalidades:

- Regulatória: visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade. Não visam benefícios imediatos para qualquer grupo. Por exemplo: ordens, proibições, portarias, decretos, etc.
- Distributivas: visam distribuir benefícios individuais. Relacionadas à alocação de recursos. Costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo.
- Redistributivas: visam redistribuir recursos entre grupos sociais distintos. Buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos.

13. Teixeira ainda ensina que, quanto à natureza ou grau de intervenção, as políticas públicas podem ser classificadas em 02 tipos:

- Estrutural: buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.
- Conjuntural (Emergencial): são políticas que tem por objetivo intervir sobre uma situação temporária e imediata.

14. Teixeira destaca que, quanto à abrangência dos possíveis benefícios, as políticas públicas podem ser classificadas de 03 formas:

- Universais: são para todos os cidadãos.
- Segmentais: são para um segmento específico da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
- Fragmentadas: são destinadas a grupos sociais específicos dentro de determinado segmento.

15. Procopiuck, ao seu turno, classifica as políticas públicas em 04 tipos: 7

- Setorializadas: Trata-se de uma delimitação temática. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por "temas".
- Territorializadas: Trata-se de uma delimitação geográfica. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por "área geográfica" (circunscrição territorial).



- Verticais: São as mais tradicionais e comuns de serem encontradas. Procopiuck explica que “são políticas desenvolvidas com base em estruturas organizacionais relativamente simples e, normalmente, conduzidas a partir de diretrizes mais amplas. Dessas estruturas mais amplas emanam decisões que servem de guias gerais para decisões subseqüentes até chegarem aos níveis operacionais de execução concreta da política pública.” Nas políticas verticais, para se “manter alinhamento e consistência do fluxo decisório, os âmbitos hierarquicamente inferiores devem tomar como referência as diretrizes superiores e coerentemente com elas executarem as ações de sua competência.
- Horizontais: Também chamadas de políticas públicas mutuamente integradas, as políticas horizontais são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações que se encontram em um mesmo “nível hierárquico”.

16. Conforme Secchi, o ciclo de políticas públicas “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”.

17. Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:

- A) Construção da agenda
- B) Formulação da política
- C) Tomada de decisão
- D) Implementação
- E) Avaliação

18. Para Kingdon, a agenda consiste em uma “lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associada às autoridades.”

19. Kingdon, diferencia 03 tipos de agenda:

- Agenda Não Governamental (agenda sistêmica): trata-se da agenda que contém uma lista de assuntos que são reconhecidos pela sociedade em geral como “problemas”. Contudo, o governo não dá muita atenção a esses temas.
- Agenda Governamental: trata-se da agenda que inclui os problemas que merecem atenção do governo. São problemas que já estão sendo analisados pelo governo de modo formal e institucionalizado.
- Agenda de Decisão (agenda decisória): trata-se da agenda que inclui a lista dos problemas a serem decididos. Ou seja, a agenda decisória contém uma lista de



problemas que estão em um processo de decisão formal pelos agentes políticos e que, de fato, serão tema de uma política pública.

20. Para Kingdon a dinâmica existente entre três fluxos fazem com que determinados temas sejam priorizados pelo governo (e entrem na agenda) enquanto outros temas sejam desprezados (e não entrem na agenda). Vejamos quais são esses 03 fluxos:

- Fluxo dos problemas: esse fluxo focaliza os problemas públicos. Os problemas públicos entram na agenda quando se entende que deve ser feito algo para solucioná-los.
- Fluxos de soluções: esse fluxo focaliza as soluções/alternativas. Um grupo de especialistas (conhecidos como policy communities) desenvolvem um conjunto de soluções e alternativas para problemas públicos.
- Fluxo político: esse fluxo focaliza a política propriamente dita. Tratam-se das negociações e barganhas que ocorrem entre os políticos. Dependendo desse "jogo de disputas", determinados temas podem entrar na agenda, enquanto outros temas ficam de fora.

21. De acordo com o IPEA, "a formulação da política envolve um conjunto de instituições e atores na busca de objetivos relacionados a demandas de determinado público-alvo envolvido em um problema específico". De acordo com o modelo proposto pelo Instituto, é nessa etapa que a política é "desenhada" e "caracterizada".

22. De acordo com obra de Paludo, algumas abordagens/modelos de formulação/análise de políticas públicas destacadas pelo autor, são:

Abordagem	Características
<b>Institucional Clássica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Essa abordagem enfatiza o papel do Estado na concepção e implementação das políticas públicas. O foco está em entender como são definidas a estrutura e a organização, como são distribuídos os deveres e funções das instituições governamentais específicas.</li><li>- As instituições governamentais são vistas como padrões estruturados de comportamento de indivíduos e grupos com capacidade de influenciar a formulação da política pública. As instituições podem ser estruturadas com a função de facilitar ou obstar (dificultar) o andamento das políticas públicas, em função de diferentes interesses.</li></ul>
<b>Neoinstitucionalista</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Essa abordagem é um contraponto ao modelo Institucional Clássico.</li><li>- As instituições políticas não são vistas como simples ecos de forças</li></ul>



	<p>sociais, e as estruturas institucionais são mais do que uma “arena de competição” entre interesses rivais.</p> <p>- As instituições, além de estruturarem políticas, pautam o comportamento de atores sociais por definirem quem é capaz de participar em determinada arena política; estruturar várias estratégias políticas dos atores, e sem depender de que existam consensos ou de influenciarem o que tais atores acreditam ser possível e desejável. ou seja, as suas preferências.</p> <p>- Os atores políticos são dirigidos por deveres e papéis institucionais (ao invés de serem dirigidos por egoísmo calculado) e a política é organizada em torno da construção e da interpretação de significados (ao invés da criação de escolhas).</p>
<b>Processual</b>	<p>- Essa abordagem tem foco no processo político, visto como atividades políticas são estruturadas sequencial e logicamente em fase de identificação de situação-problema, formulação de agenda, legitimação, implementação e avaliação.</p>
<b>Grupos de Interesse</b>	<p>- De acordo com a Teoria dos Grupos, as políticas públicas podem ser vistas como resultado da articulação organizada de indivíduos ou organizações com interesses convergentes, que utilizam influência e poder de pressão para impor ao Estado a adoção de medidas que os beneficiem. Há duas formas de configuração de tais grupos:</p> <p>- Grupo de interesse: é formado por pessoas físicas e/ou jurídicas que, explícita ou implicitamente, defendem determinados propósitos, interesses, aspirações ou direitos que lhes coloquem em situação de vantagem em relação ao restante da sociedade ou de outros grupos quanto à alocação de recursos ou de poder.</p> <p>- Grupo de pressão: é o grupo de interesse detentor e com potencial de utilizar ativa e intencionalmente recursos humanos e materiais para a priorizar seus objetivos em discussões políticas até atingi-los. Os objetivos podem ser no sentido de defesa de mudança ou de manutenção do status quo.</p>
<b>Racional</b>	<p>- De acordo com essa abordagem, a política pública resulta do cumprimento eficiente de metas metodológica e racionalmente predefinidas.</p>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Essa abordagem defende a ideia de que a racionalidade leva à elevação da eficiência na aplicação de recursos para obtenção de resultados otimizados. A eficiência da política pública, por sua vez, resultaria do cálculo do nível de satisfação ou insatisfação gerado para elevar valores social, política e economicamente demandados pela sociedade.</li><li>- Essa abordagem parte do princípio de que os tomadores de decisão são conhecedores das preferências e valores da sociedade e sua importância relativa e que eles detêm domínio sobre as alternativas políticas possíveis, bem como o controle sobre suas consequências.</li><li>- Os cálculos sobre as relações entre custos e benefícios se constituem nos parâmetros decisórios para escolha de alternativas mais eficientes.</li></ul>
Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"><li>- De acordo com a abordagem sistêmica, a política pública é resultado da manifestação do sistema político para atender às necessidades e forças originadas na sociedade.<ul style="list-style-type: none"><li>- As demandas e forças externas são os inputs. O sistema político representa o meio de processamento de meios para atendê-las. E a política pública, por fim, representa o output (ou seja, a resposta à sociedade).</li><li>- O sistema político é formado por estruturas e processos inter-relacionados destinados a alocar autoritariamente valores e recursos para a sociedade.</li></ul></li><li>- O sistema é formado por instituições e atividades em funcionamento para transformar demandas em decisões impositivas para execução legitimada da política pública.</li></ul>

23. A tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos escolhem (dentre as alternativas disponíveis) aquela alternativa que eles entendem ser a melhor solução para o problema.

24. Seguem modelos de tomada de decisão:

- Modelo Racional (Racional-compreensivo): considera que o responsável por tomar as decisões possui informações completas e a capacidade plena para processá-las, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Esse modelo parte do princípio de que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão. O objetivo é optar por políticas em que os ganhos (benefícios) superem os custos, e evitar aquelas políticas em que os



custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais eficientes.

- Modelo Incremental: busca-se solucionar os problemas de maneira gradual (ou seja, "pouco a pouco", sem introduzir grandes modificações e sem introduzir rupturas de qualquer natureza). Em contraponto ao modelo racional, o modelo incremental leva em consideração os "custos" das decisões e também leva em consideração que nem sempre se tem todas as informações disponíveis. Portanto, as decisões devem ser, muitas vezes, incrementais, de pequena escala, em processos de "ajustamento mútuo entre os parceiros".
- Mixed-scanning (Sondagem mista): Os dois modelos que estudamos anteriormente apresentam alguns "problemas". O modelo racional é considerado ingênuo por acreditar que a informação é "perfeita" e por não considerar adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. O modelo incremental, por sua vez, mostra-se pouco compatível com a necessidade de mudanças e pode apresentar um viés conservador.
- Garbage can (lata de lixo): o ponto central desse modelo é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário). Ou seja, primeiro são construídas diversas soluções em "tese" (ou seja, soluções que ainda não tem um problema específico em mira). Essas soluções ficam "aguardando" em uma "lata de lixo" (isto é, a "lata de lixo" possui uma "coleção" de soluções em tese).

25. Para Secchi, a implementação é "constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la."

26. Conforme explica Sabatier, existem 02 modelos de implementação das políticas públicas:

- Modelo top-down (de cima para baixo): esse modelo é caracterizado pela clara separação entre o momento da tomada de decisão (realizado pelos "agentes políticos", tomadores de decisão) e o momento de implementação (realizado pela "burocracia", executores). Em outras palavras, existe a clara distinção entre Política (agente políticos, tomadores de decisão, considerado um processo mais "importante") e Administração (burocracia, executores, considerado um processo menos "importante"). Trata-se de um processo linear de implementação de políticas públicas.
- Modelo bottom-up (de baixo para cima): esse modelo é caracterizado pela maior liberdade dos "burocratas" e de outros atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Ou seja, os implementadores (executores) de políticas públicas participam mais do processo e tem uma maior liberdade para decidirem sobre "soluções" durante a implementação das políticas públicas



(posteriormente, os tomadores de decisão dos altos escalões “legitimam” as práticas que foram adotadas pelos burocratas).

27. De acordo com Anderson, a avaliação das políticas públicas é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.
28. O monitoramento tem papel extremamente relevante na execução das políticas públicas, e não deve ser desprezado em nenhuma hipótese. Trata-se de “um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação.
29. Quanto ao momento de realização, a avaliação pode ser de 03 tipos:
  - Avaliação Ex ante (Avaliação Diagnóstica / Controle Prévio): Trata-se de uma avaliação “inicial”, que ocorre antes da implementação. Busca-se identificar a situação. Essa avaliação é realizada para avaliar a viabilidade do programa/política pública a ser implementado. Trata-se de um controle proativo, que busca evitar erros no desenho e formulação de programas/políticas públicas.
  - Avaliação In itinere (Avaliação Formativa / Controle Concomitante / Avaliação Intermediária): Trata-se de uma avaliação que ocorre durante a implementação. Busca-se avaliar o “andamento” do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para se adquirir mais “conhecimento” sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento do programa/política. Trata-se de um controle reativo, que busca detectar e corrigir os desvios que ocorrem durante a execução das atividades.
  - Avaliação Ex post (Avaliação Somativa / Controle Posterior): Trata-se de uma avaliação “final”, que ocorre após da implementação. Busca-se avaliar os resultados do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para avaliar se o programa/política pública atingiu os resultados esperados. Busca-se verificar a eficácia do programa/política pública. Trata-se de um tipo de controle que tem foco no resultado.
30. Quanto à função, a avaliação pode ser de 02 tipos:
  - Avaliação Somativa (avaliação de conteúdo): busca-se obter informações necessárias para basear a tomada de decisão referente à continuidade de um programa/política pública (o programa deve continuar “como está”, expandir ou terminar?). Esse tipo de avaliação se refere ao estudo dos “resultados” obtidos pelo programa. O foco está no resultado.





- Avaliação Formativa: busca-se obter informações para a melhoria do objetivo. É realizada durante o processo de implementação/execução do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o “andamento” do programa. Busca-se verificar se tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no processo.

31. Quanto ao agente avaliador, a avaliação pode ser de 04 tipos:

- Avaliação Interna: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos que possuem envolvimento direto ou indireto com o programa/política pública (ou seja, indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública).
- Avaliação Externa: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos “de fora” da instituição responsável pelo programa/política pública (ou seja, indivíduos que não integram o quadro de pessoal da instituição responsável pelo programa/política pública).
- Avaliação Mista: Trata-se da avaliação realizada tanto por indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública, quando por indivíduos “de fora” da instituição. Trata-se de uma combinação da avaliação interna com a avaliação externa.
- Avaliação Participativa: Trata-se de uma avaliação que envolve, no processo avaliativo, a integração dos usuários (beneficiários dos programas/políticas públicas) e dos gestores. Ou seja, o que se busca é a participação dos beneficiários, com o intuito de minimizar a “distância” entre avaliadores e beneficiários de programas/políticas públicas.

32. Quanto ao conteúdo, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação Conceitual (Design): tem por objetivo analisar a concepção do programa/políticas pública no que tange a sua racionalidade, coerência e consistência.
- Avaliação do Processo de Implementação e Gestão do Programa: tem por objetivo analisar a maneira pela qual o programa/políticas pública é gerido e executado, medindo a capacidade de uma Entidade em relação à concepção, à implementação, à monitorização e à avaliação.
- Avaliação de Impactos e Resultados: tem por objetivo analisar o nível em que o programa/política pública alcança os objetivos ou atinge o valor de parâmetros ou critérios definidos e os custos disponíveis.

33. Quanto à metodologia, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação de Metas: tem por objetivo analisar o grau de sucesso da política pública em relação ao alcance das metas (objetivos) propostas. O foco está na eficácia.



- Avaliação de Impacto: tem por objetivo identificar os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública. O foco está na efetividade.
- Avaliação de Processos: tem por objetivo investigar o alcance e “cobertura” de um programa/políticas pública, o grau em que se está alcançando a população beneficiária e, principalmente, o acompanhamento de seus processos internos. O foco está na eficiência.

34. A avaliação da política pública pode ter, como resultado, os seguintes desfechos:

a) continuação da política pública da maneira que ela está.

b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública (casos em foram observadas algumas adversidades; portanto, existe a necessidade de serem feitos alguns ajustes).

c) extinção da política pública (casos em que o “problema” público foi resolvido, ou então uando as adversidades observadas na implementação da política publica são muito grandes e insuperáveis).

35. A análise das políticas públicas pode ser realizada através de métodos quantitativos ou qualitativos.

- Métodos Quantitativos (objetivos): São capazes de medir um resultado de forma objetiva. O valor numérico obtido representa o fenômeno que está sendo medido. Os resultados podem ser medidos mais facilmente. Por exemplo: número de homicídios, número de óbitos por doença contagiosa, etc.
- Métodos Qualitativos (subjetivos): são métodos mais subjetivos (dependem do julgamento individual de cada pessoa). Buscam avaliar as “mudanças” ocorridas ou “sentidas” em determinado processo. Por exemplo: avaliação do sentimento da população em relação à segurança na cidade; ou então, avaliação da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.

36. As políticas públicas podem ser analisadas através de duas técnicas: Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade. Essas técnicas são utilizadas para auxiliar o gestor público a tomar decisões sobre quais políticas públicas ele deve implementar.

- Análise Custo-Benefício (ACB): é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.
- Análise Custo-Efetividade (ACE): é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise qualitativa.



37. Os principais métodos utilizados para a coleta de dados são: a pesquisa documental, o estudo de caso, a pesquisa (survey), a pesquisa experimental, a pesquisa quase-experimental e a pesquisa não experimental.
38. De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.
39. Depois dos dados terem sido coletados, os principais métodos de análise de dados são:
- Tabulação de frequências: Esse método é utilizado para analisar as informações coletadas através de questionários. Após a coleta de informações, os dados devem ser tabulados; isto é, as informações devem ser checadas e dispostas de forma a permitir que sejam realizados cálculos de frequência, representação gráfica das informações, etc. Em outras palavras, consiste em "organizar" os dados para que seja mais fácil "visualizar" as informações obtidas.
  - Análise gráfica de dados: Depois que os dados já foram coletados e devidamente tabulados, podem ser elaborados diversos tipos de gráficos (histogramas, gráficos de barras, gráficos de dispersão, etc.). Com isso, é possível sintetizar as informações e visualizar "tendências", bem como desempenhos extremos (diferenças grandes nos resultados, sejam bons ou ruins). Por exemplo: através de um gráfico, é possível verificar a desigualdade na distribuição de bens ou serviços públicos.
  - Análise qualitativa: A análise qualitativa (subjetiva) é feita com base no julgamento profissional de especialistas. Portanto, depende do julgamento dos avaliadores. Esse tipo de análise envolve a comparação entre informações proveniente de diversas fontes.
40. Conforme explica Sousa, o modelo lógico consiste em uma "representação gráfica da teoria de funcionamento de um programa, benefício, serviço ou política pública que retrata as relações entre os componentes necessários a sua implementação e os efeitos esperados sobre a população." O autor explica que o modelo "não pretende ser um retrato preciso da realidade, mas um recurso analítico importante para se compreender melhor o processo de construção de uma ação pública" sendo que "a principal preocupação dessa ferramenta não é gerar medidas, mas descrever de forma clara e sucinta as intervenções públicas".
41. O modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas formado por 05 componentes (elementos):
- Insumos: Referem-se aos recursos do setor público (orçamentários ou não) necessários para atingir os objetivos da política pública.
  - Processos: São as ações que combinam os recursos disponíveis para produzir bens e serviços a fim de atacar as causas do problema.
  - Produtos: São os bens ou serviços resultantes de um processo, ou seja, as entregas (outputs) que a política pública faz para atacar as causas do problema e gerar resultados.



- Resultados: São mudanças incidentes sobre as causas do problema, que decorrem de um ou mais produtos.
- Impactos: Mudança de longo prazo no problema que a política busca enfrentar, alinhado aos objetivos da política. Ou seja, tratam-se das contribuições da política pública para determinadas mudanças sociais.



## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*



1. Atenção, 08 (oito) características muito comuns dos problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:
  - a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
  - b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
  - c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
  - d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
  - e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).
  - f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
  - g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.

2. Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”
3. São características dos wicked problems:
  - Ausência de uma formulação definitiva.
  - Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
  - Inexistência de uma solução correta
  - Impossibilidade de testar soluções previamente
  - Interligação a diversos outros problemas.
  - São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.
4. Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:
  - A) Construção da agenda
  - B) Formulação da política
  - C) Tomada de decisão
  - D) Implementação
  - E) Avaliação
5. De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

*Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.*

*A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.*

### 1 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Ciência de Dados)

O texto a seguir aborda a política pública de combate à fome no Brasil.

As causas da fome são estruturais e continuarão a produzir exclusão social. Portanto, é necessário promover a articulação das políticas estruturais com as políticas específicas de combate à fome. Logo, um programa de combate à fome no Brasil, como o Cartão Alimentação, é justificado pelo seguinte conjunto de razões: possibilita a sua massificação rapidamente sem ser inflacionário, pois impacta a pequena produção familiar agropecuária; é um programa típico keynesiano, tendendo a expandir-se em épocas de recessão e de se contrair nas de crescimento acelerado; é temporário e associado a outros programas, como o bolsa-escola, o seguro desemprego e o bolsa-alimentação; permite a implantação de sistemas de controle, de modo a exigir sempre uma contrapartida em termos de ocupação e emprego dos beneficiários; e combina o caráter emergencial de assistência direta às famílias mais pobres com políticas setoriais de reestruturação econômica, como a reforma agrária, a política agrícola e a geração de mais e melhores empregos.

SILVA, G.; BELIK, W. TAKAGI, M. Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). A pobreza do Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-152. Adaptado.

O conjunto de razões apresentado justifica especificamente um programa de

- A) transferência de renda em dinheiro
- B) fornecimento de alimentos em espécie
- C) transferência de renda em crédito agrícola
- D) caridade às famílias mais pobres das cidades
- E) transferência de renda vinculada à compra de alimentos

Comentários:

A resposta correta é a letra E: transferência de renda vinculada à compra de alimentos.

O texto descreve um programa de combate à fome que utiliza um "Cartão Alimentação" e que, embora seja um programa de transferência de renda, está claramente vinculado ao consumo de



alimentos. Ele menciona o impacto direto na produção agropecuária familiar e destaca a combinação entre assistência emergencial às famílias e políticas de reestruturação econômica, o que implica que os beneficiários utilizariam o recurso especificamente para a compra de alimentos.

Outras alternativas, como "transferência de renda em dinheiro" (A) ou "fornecimento de alimentos em espécie" (B), não se alinham perfeitamente com a descrição, pois o programa mencionado pelo texto não é uma doação direta de alimentos, nem uma renda sem destinação específica.

Segue o comentário das demais opções:

#### A. Transferência de renda em dinheiro

- Essa alternativa sugere uma transferência de dinheiro sem restrição de uso. Porém, o texto menciona que o "Cartão Alimentação" é especificamente voltado para o combate à fome, com o objetivo de impactar diretamente o consumo de alimentos e a produção familiar agropecuária. Portanto, o programa não é uma transferência de renda ampla, mas uma ajuda focada na aquisição de alimentos, que garante um direcionamento específico para a segurança alimentar.

#### B. Fornecimento de alimentos em espécie

- Nesta alternativa, a ajuda viria na forma de alimentos diretamente entregues às famílias, mas o texto indica um "Cartão Alimentação" que possibilita compra, e não uma distribuição física de alimentos. Essa distinção é importante, pois a entrega de alimentos em espécie limitaria a flexibilidade e a escalabilidade descritas no texto, além de não envolver o sistema de controle e contrapartidas mencionadas.

#### C. Transferência de renda em crédito agrícola

- O crédito agrícola é um financiamento voltado para a produção agrícola e seria direcionado aos produtores, não diretamente às famílias em situação de fome. Embora o texto fale em impacto na produção familiar agropecuária, esse efeito se dá como uma consequência do programa, já que incentiva a demanda por alimentos locais, beneficiando indiretamente a agricultura familiar. O foco do programa, no entanto, é auxiliar as famílias pobres a acessar alimentos.

#### D. Caridade às famílias mais pobres das cidades

- Esta opção implica uma ajuda com caráter assistencialista sem contrapartidas, enquanto o texto descreve um programa com um caráter mais estruturado e associado a políticas econômicas e de ocupação. A referência a um programa "keynesiano", que expande ou contrai de acordo com o cenário econômico, e as contrapartidas exigidas dos beneficiários apontam para algo mais integrado a políticas públicas de longo prazo, em vez de uma simples caridade.

Gabarito Letra E





## 2 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Políticas Públicas e desenvolvimento)

Nos últimos anos, em função da reativação das Políticas Industriais e de Inovação em diferentes países, têm sido realizados esforços para sistematizar os diversos tipos de instrumentos possíveis de serem mobilizados na operacionalização dessas políticas.

Dentre as características desses instrumentos, destaca-se a

A) diferenciação, quanto às Políticas Industriais com foco na Oferta, entre instrumentos que procuram afetar o desempenho das empresas, incluindo incentivos ao investimento, e instrumentos que afetam a dinâmica geral da indústria, incluindo regulações, por exemplo, no plano da defesa da concorrência.

B) diferenciação, quanto ao nível de intensidade da Política Industrial, entre uma Política Industrial leve (soft), que envolve intervenções nos preços para realocar recursos, e uma Política Industrial pesada (hard), que privilegia a provisão de infraestrutura e bens públicos.

C) diferenciação entre instrumentos regulatórios, cuja ênfase recai nas condições gerais da concorrência, como a mobilização de compras do governo, e instrumentos de incentivo, cuja ênfase recai na tentativa de influenciar as ações dos agentes, como no caso da repressão a condutas anticompetitivas.

D) tendência de as ações se direcionarem, crescentemente, para a correção pontual de falhas de mercado, comparativamente à possibilidade de uma atuação mais abrangente direcionada para a correção de falhas sistêmicas, por exemplo, relacionadas à adaptação face a novos desenvolvimentos tecnológicos de natureza disruptiva.

E) mobilização, no plano específico das Políticas de Inovação, de ações com foco na demanda que incluem o financiamento direto, como os de natureza não reembolsável, e a concessão de incentivos fiscais às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento.

Comentários:

A alternativa A explica a diferenciação entre dois tipos de instrumentos utilizados nas Políticas Industriais com foco na oferta:

1. Instrumentos que impactam o desempenho das empresas: incluem incentivos ao investimento, que apoiam diretamente o crescimento e a inovação de empresas, estimulando sua competitividade e eficiência.
2. Instrumentos que afetam a dinâmica geral da indústria: abrangem regulações que atuam em nível setorial, como a defesa da concorrência, visando criar um ambiente de mercado justo e equilibrado.

Essa diferenciação é uma característica central das políticas industriais focadas na oferta, que buscam promover o desenvolvimento das empresas enquanto regulam a estrutura da indústria.

Comentário sobre as demais alternativas:



B. A alternativa B propõe uma diferenciação com base na intensidade da intervenção — uma política "leve" que ajusta preços para realocar recursos, e uma "pesada" que investe em infraestrutura e bens públicos. No entanto, essa classificação não aborda a diferenciação entre os tipos de instrumentos focados na oferta mencionados na questão.

C. Esta alternativa diferencia instrumentos regulatórios (focados na concorrência) e de incentivo (para influenciar ações de agentes). Entretanto, ao classificar a mobilização de compras governamentais como regulatória, ela desvia do foco da pergunta, que está na diferenciação entre instrumentos de política industrial especificamente voltados para a oferta.

D. A alternativa D aborda a tendência de corrigir falhas de mercado em oposição às falhas sistêmicas, o que é um aspecto importante das políticas públicas, mas não se alinha com a pergunta, que foca nos instrumentos da política industrial com foco na oferta, não em falhas de mercado.

E. A alternativa E trata de políticas de inovação com foco na demanda, como financiamento e incentivos fiscais para P&D. Embora esses sejam elementos de política de inovação, eles não se referem à diferenciação específica dos instrumentos de política industrial voltados para a oferta.

Portanto, a letra A é a opção correta, pois responde diretamente à questão ao descrever a diferenciação entre instrumentos para o desempenho das empresas e para a dinâmica geral da indústria.

Gabarito Letra A

3 - (CESGRANRIO - 2024 - Servidor Público Federal (CNU)/Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharias)

Considere os textos sobre política pública

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o "governo em ação" e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHMAN, G. et al. (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.



HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

Comentários:

A resposta correta é a letra C: o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.

A alternativa C é correta, pois o Texto I apresenta uma visão geral das políticas públicas como ações do governo para enfrentar problemas e necessidades sociais. Ele fala sobre "colocar o governo em ação" e menciona que as políticas públicas envolvem a análise e a proposta de mudanças, uma visão ampla do ciclo de políticas públicas. Já o Texto II detalha uma parte específica desse processo: a formulação de políticas, que envolve a criação, identificação, e análise de opções para enfrentar problemas.

Esse processo de formulação de políticas corresponde ao estágio no qual se discutem e refinam opções para enfrentar os problemas identificados, o que está de acordo com a ideia geral do Texto I sobre o governo em ação. Portanto, o Texto II especifica o conceito mais amplo apresentado no Texto I.

Comentário sobre as demais alternativas:

- A. Esta alternativa sugere que o Texto I introduz o Texto II em relação ao estágio de implementação de políticas. No entanto, o Texto II não descreve a implementação, mas sim a formulação de opções políticas.
- B. Esta alternativa afirma que o Texto I generaliza o Texto II em relação à montagem da agenda, o que está incorreto, pois o Texto II não trata da montagem da agenda, mas sim do estágio de formulação.
- D. A alternativa sugere uma contradição entre os textos, mas não há contradição. O Texto II complementa o Texto I ao detalhar uma etapa específica do processo político-administrativo, sem minimizar a relevância da ação governamental.
- E. A alternativa afirma que o Texto II complementa o Texto I com a avaliação de políticas, mas o Texto II trata do processo de formulação de políticas, não da avaliação.



Portanto, a letra C é a escolha correta, pois reflete a relação entre os textos com precisão.

Gabarito Letra C

4 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Ciência de Dados)

Considere o texto a seguir sobre a formulação de política pública.

No Brasil, o nascedouro de um sistema público de proteção ao emprego que amparasse os desempregados data de 1986, com o seguro-desemprego, sendo, em 1988, incluído na Constituição Federal, definindo fundo específico para ações que envolvem também a intermediação de empregos e a qualificação. Nesse contexto, a elaboração da política de economia solidária no país é uma estratégia de governo para aprimorar os caminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento; trata-se de uma política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e ao empobrecimento. Desse modo, a economia solidária se situa entre as novas perspectivas de relações de trabalho agenciadas por políticas públicas, derivando a importância da evidenciação das demandas e/ou problemas intrínsecos a ela. A expressão economia solidária pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal — como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura —, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas com sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção econômica, propriamente.

BARBOSA, R. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA e SILVA, M.; YAZBEK, M. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006. p. 90-101. Adaptado.

Na elaboração dessa política pública visando às unidades produtivas, identifica-se o seguinte problema:

- A) excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário
- B) preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade
- C) específica comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário
- D) abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras
- E) elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão

Comentários:

A alternativa C é correta, pois o texto descreve a economia solidária como uma política que visa apoiar trabalhadores em ocupações informais e autônomas, fora do mercado formal de trabalho. Esse setor, que inclui comércio ambulante, artesanato, e pequenas oficinas, muitas vezes enfrenta dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos e serviços, especialmente por não contar com o mesmo suporte e canais de distribuição que a economia formal. A questão da “comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário” é, portanto, um problema central, já que essas unidades produtivas precisam de políticas que facilitem a colocação de seus produtos no mercado.



Comentário sobre as demais alternativas:

A. A "excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário" não é abordada no texto. Pelo contrário, o texto sugere uma carência de apoio e regulamentação no setor de economia solidária, não uma regulamentação excessiva.

B. A "preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade" não é mencionada como uma questão relevante para a economia solidária. O foco está mais em apoio direto ao trabalho e à comercialização, e não em investimentos em pesquisa.

D. "Abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras" também não se alinha ao contexto do texto, que discute iniciativas voltadas a trabalhadores vulneráveis, que geralmente não têm acesso a grandes redes de crédito.

E. A "elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão" é incorreta, pois o texto fala mais da vulnerabilidade e das limitações de comercialização desses trabalhadores do que de sua capacitação técnica avançada.

Portanto, a letra C é a escolha que melhor identifica o problema discutido na formulação da política pública de economia solidária.

Gabarito Letra C

5 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Políticas Públicas e Avaliação)

## **DIGNIDADE MENSTRUAL**

Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS

Serão beneficiadas pessoas matriculadas na rede pública e registradas no CadÚnico. Distribuição poderá ocorrer em escolas, unidades básicas de saúde, unidades de acolhimento do SUAS e sistema prisional.

O Governo Federal divulgou, nesta segunda-feira (19), uma portaria interministerial com alguns dos critérios práticos de funcionamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, que garante absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social. O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

### **Distribuição**

Os absorventes poderão ser distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam as especificações do Programa.



## Campanhas

O Governo Federal prevê campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformações sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa.

## Capacitação

Estão previstas ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços sobre o tema, em forma de cursos de curta duração, de preferência a distância, e ações de educação coletiva, respeitando as realidades regionais.

## Dignidade

A dignidade menstrual é questão que envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes. Em consequência, meninas deixam de frequentar aulas por vergonha, e mulheres usam formas inadequadas de contenção do fluxo, como papel higiênico e até miolo de pão.

## Critérios

Segundo o texto, as aquisições levam em conta normas de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a estimativa de ciclo menstrual mensal e de uso médio de unidades de absorventes estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS. Saúde e Vigilância Sanitária. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-divulga-criterios-de-distribuicao-de-absorventes-higienicos-no-sus>. Acesso em: 2 jan. 2023. Adaptado.

O texto mostra que a implementação de uma política envolve explicitar no seu desenho todas as decisões que devem ser tomadas, o público-alvo, os recursos empregados, as ações a serem feitas, seus resultados e suas possíveis revisões. Ou seja, por trás da elaboração de uma política ou programa está a utilização do modelo lógico.

Com base no texto e nos componentes do modelo lógico, conclui-se que

A) a carga horária de trabalho dos agentes de saúde para as ações de educação coletiva é contabilizada como parte das atividades.

B) o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como produto a capacitação dos agentes públicos para disseminar as informações e os serviços sobre o tema.



C) o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como insumo a distribuição de absorventes de forma gratuita para 24 milhões de pessoas.

D) no Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, tem-se como resultado uma caracterização qualitativa das meninas com dificuldades nessa área.

E) um impacto esperado do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual é a redução do absenteísmo escolar.

Comentários:

A resposta correta é a letra E: um impacto esperado do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual é a redução do absenteísmo escolar.

O texto explica que a falta de acesso a absorventes higiênicos leva meninas a deixarem de frequentar as aulas, o que reflete em um problema de absenteísmo escolar. Assim, um impacto esperado da política de distribuição gratuita de absorventes é justamente a redução do absenteísmo escolar, ao permitir que meninas possam frequentar a escola sem constrangimento ou falta de materiais adequados.

Comentário sobre as demais alternativas:

A. A carga horária de trabalho dos agentes de saúde para ações de educação coletiva não é mencionada diretamente no texto como parte das atividades principais do programa. O foco está nos objetivos da distribuição e nos impactos na dignidade menstrual e na saúde.

B. Embora a capacitação de agentes seja uma atividade importante, o programa não tem como produto principal a capacitação dos agentes, mas sim a promoção da saúde e dignidade menstrual por meio da distribuição de absorventes e suporte às pessoas em situação de vulnerabilidade.

C. A distribuição de absorventes não é um insumo, mas sim uma ação do programa. Os insumos seriam os recursos necessários para implementar o programa, como financiamento e materiais.

D. O resultado do programa não é uma caracterização qualitativa das meninas afetadas, mas sim melhorias tangíveis em saúde, educação e dignidade menstrual.

Portanto, a letra E é a escolha mais apropriada, pois aborda diretamente um impacto significativo do programa: a redução do absenteísmo escolar entre meninas que enfrentam dificuldades no acesso a produtos de higiene menstrual.

Gabarito Letra E

6 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Políticas Públicas e Avaliação)

Programa oferece cuidados para idosos em domicílio Idosos da cidade de São Paulo têm direito a cuidados de um acompanhante em domicílio.



O Programa Acompanhante de Idosos (PAI), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), disponibiliza atendimento em casa para pessoas acima de 60 anos em situação de fragilidade e alta vulnerabilidade social.

Além do cuidador, a SMS afirma que coloca uma equipe multiprofissional à disposição do atendido. Atualmente, o programa conta com 50 equipes do PAI, que tem cerca de 6 mil idosos em acompanhamento. Cada equipe é composta por assistente social, enfermeiro, médico, acompanhantes de idosos, motorista e um profissional administrativo. O PAI se propõe a desenvolver um plano terapêutico personalizado para cada paciente.

Disponível em: [Com base no texto acima, delimitam-se alguns dos componentes do desenho do programa, concluindo-se que o\(a\)](https://expresso.estadao.com.br/sao-paulo/2023/07/27/programa-oferece-cuidados-para-idosos-em-domicilio/#:~:text=O%20Programa%20Acompanhante%20de%20idosos,multiprofissional%20%C3%A0%20disposi%C3%A7%C3%A3o%20do%20atendido. Acesso em: 18 dez. 2023. Adaptado.</a></p></div><div data-bbox=)

- A) público-alvo do Programa é formado pelos idosos, com mais de 60 anos, que moram sozinhos.
- B) diagnóstico que embasa parte das ações do Programa mostra que alguns idosos têm mobilidade reduzida.
- C) Programa certamente não gera externalidades, uma vez que atende a idosos.
- D) Programa acompanhante de Idosos deve ser comparado a outro Programa de cuidados, tal como cuidado de crianças (creches).
- E) população elegível, neste caso específico, é igual à população potencial formada pelos idosos com mais de 60 anos.

Comentários:

A resposta correta é a letra B: o diagnóstico que embasa parte das ações do Programa mostra que alguns idosos têm mobilidade reduzida.

A alternativa B é a mais adequada, pois o Programa Acompanhante de Idosos (PAI) é direcionado a idosos em situação de fragilidade e alta vulnerabilidade social, que geralmente inclui mobilidade reduzida. O diagnóstico do programa provavelmente identifica essa condição como uma das razões para fornecer cuidados domiciliares.

Comentário sobre as demais alternativas:

A. Não é afirmado que o programa se destina exclusivamente a idosos que moram sozinhos. Ele atende idosos em situação de fragilidade e alta vulnerabilidade, independentemente de estarem sozinhos ou não.

C. A ideia de que o programa "não gera externalidades" é incorreta. Externalidades podem ocorrer, por exemplo, em alívio na carga de cuidadores familiares, melhoria da saúde pública e menor demanda por internações hospitalares.





D. Comparar o programa a creches não faz sentido, pois o público e os objetivos são completamente diferentes, com o foco no cuidado específico a idosos vulneráveis.

E. A população elegível e a população potencial não são equivalentes, pois nem todos os idosos com mais de 60 anos atendem aos critérios de vulnerabilidade e fragilidade social necessários para o programa.

Portanto, a letra B é a escolha correta, pois reflete um aspecto realista do diagnóstico que fundamenta o programa, que é o atendimento a idosos com condições de fragilidade, incluindo possivelmente a mobilidade reduzida.

Gabarito Letra B

7 - (CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA)/Ciência de Dados)

O texto abaixo apresenta a descrição de um estágio da política pública.

Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo estabeleceu os objetivos políticos e se decidiu por um curso de ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Para que uma política funcione, há que se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Esse estágio do ciclo da política pública depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, contando, também, com atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.179. Adaptado.

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- A) Avaliação de política: policy-making como aprendizagem
- B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- D) Implementação de política: atores e atividades
- E) Formulação política: instrumentos e design

Comentários:

A resposta correta é a letra D: Implementação de política: atores e atividades.

O trecho descreve o estágio de implementação de uma política pública, que ocorre após a identificação do problema, a formulação das opções e a decisão governamental sobre o curso de ação. Na implementação, as decisões políticas são colocadas em prática, o que envolve alocação de recursos, designação de pessoal, desenvolvimento de regras operacionais e a participação de



servidores públicos e outros atores administrativos. Esse é o estágio onde as ações planejadas são concretizadas para alcançar os resultados definidos.

Análise das demais alternativas:

A (Avaliação de política): Refere-se ao monitoramento e avaliação dos resultados de uma política, identificando sucessos, falhas e aprendizados, e não à aplicação prática da política.

B (Montagem da agenda): Diz respeito à inclusão de problemas na agenda política, ou seja, ao processo de reconhecimento e priorização de questões a serem abordadas, que ocorre antes da formulação de alternativas.

C (Tomada de decisão): Envolve a escolha entre diferentes opções de política para resolver um problema identificado, mas não inclui a fase de execução descrita no trecho.

E (Formulação política): Refere-se ao desenvolvimento e design das políticas e instrumentos que serão adotados, sem incluir o processo de implementação prático.

Portanto, a letra D é correta, pois a descrição no texto trata da implementação das ações decididas no ciclo da política pública, com a participação de diversos atores para operacionalizar a política.

Gabarito Letra D

8 - (CESGRANRIO - 2024 - Servidor Público Federal (CNU)/Bloco 3 - Ambiental, Agrário e Biológicas)

Levando-se em conta a trajetória histórica e o amplo conhecimento acumulado sobre implementação de políticas públicas, atualmente existem diversos pressupostos que já foram alcançados ou ultrapassados por meio de vários estudos.

Um desses pressupostos é que

A) a formulação e a implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes atores no que é possível chamar de cadeia decisória.

B) a implementação de serviços públicos não está associada à legitimidade dos governos e suas políticas públicas.

C) as políticas públicas são constituídas por uma única camada decisória e por um único ator regulador dessas políticas.

D) os estudos de implementação se limitam a investigar aspectos formais e normativos das políticas públicas.

E) os modelos de processos multi-level levam em conta apenas um nível hierárquico relacionado a uma cadeia decisória.

Comentários:



A resposta correta é a letra A: a formulação e a implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes atores no que é possível chamar de cadeia decisória.

A alternativa A está correta porque reflete um pressuposto atual nos estudos de políticas públicas: a ideia de que a formulação e a implementação de políticas são processos interconectados e contínuos, não ocorrendo como fases isoladas. O conceito de uma cadeia decisória engloba diversos atores que participam ao longo de todo o ciclo da política, promovendo uma visão dinâmica em que decisões são ajustadas conforme a política é implementada.

Análise das demais alternativas:

B: Está incorreta, pois a implementação de serviços públicos está sim associada à legitimidade dos governos e suas políticas. A legitimidade é fundamental para que as políticas sejam aceitas e eficazes.

C: Incorreta, pois as políticas públicas envolvem múltiplas camadas decisórias e diversos atores, refletindo uma estrutura complexa e descentralizada em muitos casos.

D: Errada, pois os estudos de implementação abrangem tanto os aspectos formais quanto os práticos, considerando também os desafios operacionais e a interação entre os diferentes agentes.

E: Incorreta, já que os modelos de processos multi-level consideram múltiplos níveis hierárquicos e as interações entre eles, não se restringindo a apenas um nível.

Portanto, a letra A é correta, pois representa um entendimento atualizado e abrangente da continuidade entre a formulação e implementação das políticas públicas.

Gabarito Letra A

9 - (FGV – FUNSAÚDE-CE – Analista Administrativo - 2021)

Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
- b) constitutiva.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) processual.

Comentários:



No caso narrado pelo enunciado é recomendado que o poder público elabore uma política distributiva. As políticas distributivas são aquelas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são "difusos" (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes). Essas políticas, geralmente, causam pouco conflito, uma vez que o "custo" é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo "baixos" e as pessoas acabam não "percebendo" esses custos).

Por outro lado, as políticas redistributivas são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas. Trata-se de políticas que tem por objetivo redistribuir rendas (ou seja, alterar o grau de "concentração" dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas/privilegiadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Em outras palavras, trata-se de "tirar dos ricos" (grupo "perdedor") para "dar aos pobres" (grupo "ganhador"). Essas políticas geralmente provocam muitos conflitos, pois representam um jogo de "soma zero" (situação "ganha-perde").

O gabarito é a letra D.

10 - (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

A atividade de monitoramento constitui um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política.

C) Certo

E) Errado

Comentários:

Isso mesmo!

O monitoramento é "um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. Com o objetivo de retroalimentar o ciclo de ajustes de uma política e o seu plano de gestão de riscos (ou seja, fornecer "feedback"), o monitoramento deve ser realizado de forma rotineira.

Gabarito: correta.



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

- 1 - Defina políticas públicas.
- 2 - Aponte 08 (oito) problemas públicos que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas.
- 3 - Defina Wicked problems, conforme definido por Capela.
- 4 - Quais as características dos wicked problems?
- 5 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à natureza ou grau de intervenção.
- 6 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à abrangência dos possíveis benefícios.
- 7 - Quais as fases das políticas públicas, de acordo com Howlett e Ramesh?
- 8 - Elenque os pontos da avaliação, quanto à metodologia.



- 9 - Aponte modelos de tomada de decisão referente às políticas públicas.
- 10 - Quais os possíveis desfechos poderá ter a avaliação da política pública?
- 11 - Defina os métodos de análise das políticas públicas definidas como métodos quantitativos ou qualitativos.
- 12 - Defina as técnicas de Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade.
- 13 - Aponte os principais métodos de análise de dados.
- 14 - Quais as principais técnicas de coleta de dados, de acordo com o TCU?
- 15 - Quais os 05 (cinco) componentes no modelo lógico na formulação de políticas públicas?

## Perguntas com respostas

1 - Defina políticas públicas.

R: As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).

2 - Aponte 08 (oito) problemas públicos que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas.

R: Os 08 (oito) problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:

- a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
- b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
- c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
- d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
- e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).



- f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
- g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.
- h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.

3 - Defina Wicked problems, conforme definido por Capela.

R: Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”

4 - Quais as características dos wicked problems?

R: São características dos wicked problems:

- Ausência de uma formulação definitiva.
- Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
- Inexistência de uma solução correta
- Impossibilidade de testar soluções previamente
- Interligação a diversos outros problemas.
- São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.

5 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à natureza ou grau de intervenção.

R: Teixeira ensina que, quanto à natureza ou grau de intervenção, as políticas públicas podem ser classificadas em 02 tipos:

- Estrutural: buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.
- Conjuntural (Emergencial): são políticas que tem por objetivo intervir sobre uma situação temporária e imediata.

6 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à abrangência dos possíveis benefícios.

R: Teixeira destaca que, quanto à abrangência dos possíveis benefícios, as políticas públicas podem ser classificadas de 03 formas:

- Universais: são para todos os cidadãos.



- Segmentais: são para um segmento específico da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
- Fragmentadas: são destinadas a grupos sociais específicos dentro de determinado segmento.

7 - Quais as fases das políticas públicas, de acordo com Howlett e Ramesh?

R: Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:

- A) Construção da agenda
- B) Formulação da política
- C) Tomada de decisão
- D) Implementação
- E) Avaliação

8 - Elenque os pontos da avaliação, quanto à metodologia.

R: Quanto à metodologia, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação de Metas: tem por objetivo analisar o grau de sucesso da política pública em relação ao alcance das metas (objetivos) propostas. O foco está na eficácia.
- Avaliação de Impacto: tem por objetivo identificar os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública. O foco está na efetividade.
- Avaliação de Processos: tem por objetivo investigar o alcance e "cobertura" de um programa/políticas pública, o grau em que se está alcançando a população beneficiária e, principalmente, o acompanhamento de seus processos internos. O foco está na eficiência.

9 - Aponte modelos de tomada de decisão referente às políticas públicas.

R: Seguem modelos de tomada de decisão:

- Modelo Racional (Racional-compreensivo): considera que o responsável por tomar as decisões possui informações completas e a capacidade plena para processá-las, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Esse modelo parte do princípio de que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão. O objetivo é optar por políticas em que os ganhos (benefícios) superem os custos, e evitar aquelas políticas em que os custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais eficientes.





- Modelo Incremental: busca-se solucionar os problemas de maneira gradual (ou seja, "pouco a pouco", sem introduzir grandes modificações e sem introduzir rupturas de qualquer natureza). Em contraponto ao modelo racional, o modelo incremental leva em consideração os "custos" das decisões e também leva em consideração que nem sempre se tem todas as informações disponíveis. Portanto, as decisões devem ser, muitas vezes, incrementais, de pequena escala, em processos de "ajustamento mútuo entre os parceiros".
- Mixed-scanning (Sondagem mista): Os dois modelos que estudamos anteriormente apresentam alguns "problemas". O modelo racional é considerado ingênuo por acreditar que a informação é "perfeita" e por não considerar adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. O modelo incremental, por sua vez, mostra-se pouco compatível com a necessidade de mudanças e pode apresentar um viés conservador.
- Garbage can (lata de lixo): o ponto central desse modelo é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário). Ou seja, primeiro são construídas diversas soluções em "tese" (ou seja, soluções que ainda não tem um problema específico em mira). Essas soluções ficam "aguardando" em uma "lata de lixo" (isto é, a "lata de lixo" possui uma "coleção" de soluções em tese).

10 - Quais os possíveis desfechos poderá ter a avaliação da política pública?

R: A avaliação da política pública pode ter, como resultado, os seguintes desfechos:

- a) continuação da política pública da maneira que ela está.
- b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública (casos em foram observadas algumas adversidades; portanto, existe a necessidade de serem feitos alguns ajustes).
- c) extinção da política pública (casos em que o "problema" público foi resolvido, ou então uando as adversidades observadas na implementação da política publica são muito grandes e insuperáveis).

11 - Defina os métodos de análise das políticas públicas definidas como métodos quantitativos ou qualitativos.

R: A análise das políticas públicas pode ser realizada através de métodos quantitativos ou qualitativos.

- Métodos Quantitativos (objetivos): São capazes de medir um resultado de forma objetiva. O valor numérico obtido representa o fenômeno que está sendo medido. Os resultados podem ser medidos mais facilmente. Por exemplo: número de homicídios, número de óbitos por doença contagiosa, etc.



- Métodos Qualitativos (subjetivos): são métodos mais subjetivos (dependem do julgamento individual de cada pessoa). Buscam avaliar as “mudanças” ocorridas ou “sentidas” em determinado processo. Por exemplo: avaliação do sentimento da população em relação à segurança na cidade; ou então, avaliação da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.

12 - Defina as técnicas de Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade.

R: As políticas públicas podem ser analisadas através de duas técnicas: Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade. Essas técnicas são utilizadas para auxiliar o gestor público a tomar decisões sobre quais políticas públicas ele deve implementar.

- Análise Custo-Benefício (ACB): é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.
- Análise Custo-Efetividade (ACE): é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise qualitativa.

13 - Aponte os principais métodos de análise de dados.

R: principais métodos de análise de dados são:

- Tabulação de frequências: Esse método é utilizado para analisar as informações coletadas através de questionários. Após a coleta de informações, os dados devem ser tabulados; isto é, as informações devem ser cheçadas e dispostas de forma a permitir que sejam realizados cálculos de frequência, representação gráfica das informações, etc. Em outras palavras, consiste em “organizar” os dados para que seja mais fácil “visualizar” as informações obtidas.
- Análise gráfica de dados: Depois que os dados já foram coletados e devidamente tabulados, podem ser elaborados diversos tipos de gráficos (histogramas, gráficos de barras, gráficos de dispersão, etc.). Com isso, é possível sintetizar as informações e visualizar “tendências”, bem como desempenhos extremos (diferenças grandes nos resultados, sejam bons ou ruins). Por exemplo: através de um gráfico, é possível verificar a desigualdade na distribuição de bens ou serviços públicos.
- Análise qualitativa: A análise qualitativa (subjetiva) é feita com base no julgamento profissional de especialistas. Portanto, depende do julgamento dos avaliadores. Esse tipo de análise envolve a comparação entre informações proveniente de diversas fontes.



14 - Quais as principais técnicas de coleta de dados, de acordo com o TCU?

R: De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.

15 - Quais os 05 (cinco) componentes no modelo lógico na formulação de políticas públicas?

R: O modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas formado por 05 componentes (elementos):

- Insumos: Referem-se aos recursos do setor público (orçamentários ou não) necessários para atingir os objetivos da política pública.
- Processos: São as ações que combinam os recursos disponíveis para produzir bens e serviços a fim de atacar as causas do problema.
- Produtos: São os bens ou serviços resultantes de um processo, ou seja, as entregas (outputs) que a política pública faz para atacar as causas do problema e gerar resultados.
- Resultados: São mudanças incidentes sobre as causas do problema, que decorrem de um ou mais produtos.
- Impactos: Mudança de longo prazo no problema que a política busca enfrentar, alinhado aos objetivos da política. Ou seja, tratam-se das contribuições da política pública para determinadas mudanças sociais.



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas. Avaliação de conteúdo — tipo de avaliação com foco nos resultados e impactos — destina-se a informar os gestores para que estes decidam se a política ou o programa devem continuar, ser interrompidos ou ser alterados.

C) Certo

E) Errado

2. (CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas. Avaliação jurídica consiste no exame da conformidade dos atos do gestor com a lei ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.

C) Certo

E) Errado

3. (CESPE – SECONT-ES – Auditor do Estado)

O censo é o oposto da técnica de amostragem e deve ser utilizado sempre que houver necessidade de alta precisão dos dados.

C) Certo

E) Errado

4. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019) A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa.

C) Certo

E) Errado

5. (AOCP – EBSEH – Assistente Social – 2017)

“É realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa. Supostamente são especialistas com experiência e conhecimento de metodologia de avaliação”.

O enunciado se refere à

a) avaliação participativa.

b) avaliação mista.

c) avaliação interna.

d) avaliação composta.



e) avaliação externa.

#### 6. (CESPE – TRE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

- a) organizar as demandas sociais.
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.
- d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.
- e) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

#### 7. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas composta pelos seguintes elementos: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

- C) Certo
- E) Errado

#### 8 - (FGV - 2024 - Profissional Técnico de Nível Superior em Serviços de Saúde do SUS (SES MT)/Administrador)

As políticas públicas têm o objetivo de criar ações para resolver um problema de sociedade. Nesse sentido decisões devem ser tomada da melhor forma, para que a política atinja o seu melhor resultado.

Com relação ao modelo de decisão conhecido como coalizão de defesa, assinale a afirmativa correta.

- A) A política pública deve ser instituída por um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que, ao se articularem com os acontecimentos externos, recebem seus parâmetros de formulação.
- B) A formulação da política pública se baseia na escolha de uma solução pré-definida de problemas, constituídos pela compreensão limitada dos tomadores de decisão sobre o que é de fato necessário.
- C) O estabelecimento da agenda de políticas públicas deve ser determinado a partir da janela de oportunidade resultante do encontro de três fluxos-chave: político, dos problemas e das soluções.
- D) A solução dos problemas por meio de políticas públicas deve ser feita de maneira gradual, sem introduzir grandes rupturas no sistema que possam causar conflitos sociais.

#### 9.- (FGV - 2024 - Auditor de Controle Externo (TCE-PA)/Administrativa/Administração)



Ponto de Exclamação Atenção: Esta é uma questão com gabarito preliminar.

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade do incremento da economia local, mais propriamente dos microempreendedores. Após análises e discussões com os diferentes atores públicos, a Administração Pública decidiu implementar política de concessão de crédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Para isso foi realizado planejamento inicial e apresentada proposição legislativa junto ao parlamento local para criação da agência, previsão orçamentária e autorização da instituição das linhas de crédito.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- A) predefinição do problema público.
- B) formação da agenda pública.
- C) elaboração da política pública.
- D) formulação da política pública.
- E) implementação da política pública.

3 - (FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Administração)

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Este é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Relacione as fases do ciclo de políticas públicas com suas respectivas definições.

1. Formação da Agenda
2. Tomada de Decisão
3. Avaliação da política pública

( ) Processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.

( ) Conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

( ) Momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- A) 3, 1 e 2.
- B) 3, 2 e 1.
- C) 2, 1 e 3.
- D) 1, 3 e 2.



E) 1, 2 e 3.

## Gabarito

GABARITO



1. Errado
2. Correto
3. Correto
4. Errado
5. Letra E
6. Letra A
7. Correto
8. Letra A
9. Letra D
10. Letra A

...

Grande abraço e bons estudos!

Rodrigo Perni



[www.instagram.com/coachrodrigoperni](https://www.instagram.com/coachrodrigoperni)





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.